

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito

Da 2ª Vara Cível

Da Comarca de Bento Gonçalves do Rio Grande do Sul

Processo nº 5002972-46.2021.8.21.0005

QUIDITÁ MÓVEIS LTDA., em recuperação judicial, processo autuado sob o nº **5002972-46.2021.8.21.0005**, por seus advogados regularmente constituídos, com endereço profissional na Rua Sarmento Leite, nº 1226, bairro Exposição, Caxias do Sul – RS, CEP 95.084-000, onde recebem intimações, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, manifestar-se, na forma que segue.

Conforme restou assentado na Assembleia Geral de Credores ocorrida em 18.02.2022, a Recuperanda solicitou a suspensão da solenidade, sendo que por maioria dos presentes, a suspensão restou votada e aprovada.

O objetivo da suspensão era realizar ajustes junto ao Plano de Recuperação Judicial já apresentado, visando melhorias do mesmo, no que tange ao pagamento do credores.

Neste interím, portanto, manifesta-se a Recuperanda com vistas a apresentar Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, nos moldes que seguem, ressaltando que as alterações serão as que constarão do presente instrumento, sendo que as demais cláusulas e condições não serão alteradas.

Destaca, ainda, a Recuperanda que irá ajustar o Plano de acordo com o que apresentou, ou seja, indicará valores e quantidades de credores iguais ao momento em que protocolizou o Plano, sem considerar os ajustes que ocorreram por conta de impugnações apresentadas posteriormente

A) Credores Trabalhistas

No Plano apresentado constava a seguinte forma de pagamento:

8.1. Classe I – Credores TRABALHISTAS

Valor dos Créditos: R\$ 117.358,17

Nº de Credores: 20

Deságio: Não há

Carência: 24 meses

Prazo de Pagamento: Em até 24 meses (a contar do trânsito em julgado da decisão da homologação da Aprovação do Plano de Recuperação Judicial).

Remuneração: Taxa Referencial (TR), desde a data do vencimento da obrigação até a respectiva data do pagamento.

No caso de obrigações consideradas ilíquidas a remuneração começará a contar a partir da data em que se tornar líquida.

Não haverá nenhuma mudança na forma de pagamento destes credores.

B) Credores Quirografários até R\$ 2.000,00

No Plano apresentado constava a seguinte forma de pagamento:

8.2. Classe II – Quirografários até R\$ 2.000,00 (Incluídos EPP)

Valor dos Créditos: R\$ 10.177,39

Nº de Credores: 09

Deságio: Não há.

Carência: O pagamento será feito em parcela única, em até 90 dias após o prazo final para pagamento dos CREDORES TRABALHISTAS (a contar do trânsito em julgado da decisão da homologação da Aprovação do Plano de Recuperação Judicial).

Remuneração: Taxa Referencial (TR), a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial até a data do respectivo pagamento. O pagamento do valor apurado a título de remuneração se dará conjuntamente com a última parcela prevista neste plano. Não haverá remuneração sobre o valor apurado a título de remuneração da data de apuração até o pagamento.

No caso de antecipação do pagamento das parcelas avençadas, poderá haver a amortização antecipada das parcelas vincendas com deságio de 1% ao mês, limitado ao máximo de 75% do valor do crédito, considerando-se para contagem do prazo a data prevista para o vencimento da última parcela.

Haverá alteração no que diz respeito ao prazo de carência, sendo que a redação será alterada para:

Carência: O pagamento será feito em parcelas mensais, cujo primeiro vencimento ocorrerá 90 (noventa) dias, a contar do trânsito em julgado da decisão da homologação da Aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

Restam mantidos as demais previsões do Plano de Recuperação Judicial.

C) Credores Quirografários acima de R\$ 2.000,00

No Plano apresentado constava a seguinte forma de pagamento:

8.3. Classe III – Quirografários acima de R\$ 2.000,00 (Incluídos EPP)

Valor dos Créditos: R\$ 1.378.581,32

Nº de Credores: 31

Deságio: Não há

Carência: O pagamento será feito em parcelas mensais, cujo primeiro vencimento ocorrerá 180 (cento e oitenta) dias após o término do prazo previsto para quitação dos créditos trabalhistas.

Amortização: 150 meses

Remuneração: Remuneração: Taxa Referencial (TR), a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial até a data do respectivo pagamento. O pagamento do valor apurado a título de remuneração se dará conjuntamente com a última parcela prevista neste plano. Não haverá remuneração sobre o valor apurado a título de remuneração da data de apuração até o pagamento.

No caso de antecipação do pagamento das parcelas avençadas, poderá haver a amortização antecipada das parcelas vincendas com deságio de 1% ao mês, limitado ao máximo de 75% do valor do crédito, considerando-se para contagem do prazo a data prevista para o vencimento da última parcela.

Haverá alteração no que diz respeito ao prazo de carência, sendo que a redação será alterada para:

Carência: *O pagamento será feito em parcelas mensais, cujo primeiro vencimento ocorrerá 180 (cento e oitenta) dias, a contar do trânsito em julgado da decisão da homologação da Aprovação do Plano de Recuperação Judicial.*

Restam mantidos as demais previsões do Plano de Recuperação Judicial.

D) Credores com Garantia Real

No Plano apresentado constava a seguinte forma de pagamento:

Valor dos Créditos: R\$ 1.026.569,11

Nº de Credores: 03

Deságio: Não há.

Carência: O pagamento será feito em parcelas mensais, cujo primeiro vencimento ocorrerá 24 (vinte e quatro meses) meses após o término do prazo previsto para quitação dos créditos trabalhistas.

Prazo: 150 parcelas mensais e consecutivas

Remuneração: Taxa Referencial (TR), a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial até a data do respectivo pagamento. O pagamento do valor apurado a título de remuneração se dará conjuntamente com a última parcela prevista neste plano. Não haverá remuneração sobre o valor apurado a título de remuneração da data de apuração até o pagamento.

No caso de antecipação do pagamento das parcelas avençadas, poderá haver a amortização antecipada das parcelas vincendas com deságio de 1% ao mês, limitado ao máximo de 75% do valor do crédito, considerando-se para contagem do prazo a data prevista para o vencimento da última parcela.

Haverá alteração no que diz respeito ao prazo de carência, sendo que a redação será alterada para:

Carência: O pagamento será feito em parcelas mensais, cujo primeiro vencimento ocorrerá 180 (cento e oitenta) dias, a contar do trânsito em julgado da decisão da homologação da Aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

Restam mantidos as demais previsões do Plano de Recuperação Judicial.

2. Dos Requerimentos:

Diante do aqui exposto, requer seja dado vistas aos credores acerca das modificações no Plano de Recuperação Judicial, devendo ser consideradas as alterações aqui apresentadas, a forma do quanto acima exposto, sendo que as demais cláusulas e condições do Plano de Recuperação Judicial devem ser consideradas e mantidas nos moldes do Plano anexado aos autos.

Nestes termos, pede o deferimento.

Caxias do Sul – RS, 18 de março de 2022.

Claudio Eduardo Bassotto

OAB/RS 84.647

Ricardo Baroni Susin

OAB/RS 56.864